

Discussão da dívida em Brasília

por Amauri Teixeira
de São Paulo

A dívida externa do Estado de São Paulo soma US\$ 8,7 bilhões e corresponde a aproximadamente 3 mil contratos de empréstimos. O estado é devedor de US\$ 800 milhões que correspondem ao serviço desta dívida, informou na sexta-feira José Machado de Campos Filho, secretário da Fazenda do governo Quéricia.

Desse volume total, US\$ 234 milhões referem-se a empréstimos com aval da União; US\$ 238 milhões sem aval, além de US\$ 140 milhões também sem aval e captados através de repasses pela Resolução 63 do Banco Central. Estes repasses sofrem encargos de US\$ 222 milhões.

Campos Filho concedeu entrevista à imprensa logo após reunião realizada no Palácio dos Bandeirantes entre o governador Orestes Quéricia e seu secretariado mais presidentes de empresas de economia mista e autarquias.

O secretário da Fazenda do estado esclareceu que, embora São Paulo tenha conseguido renegociar US\$ 60 milhões de sua dívida através de um banco japonês, o Sawan Bank, esses recursos estão bloqueados no Banco Central. Passa por este mesmo processo um crédito do Banco do Estado de São Paulo (Banespa) de US\$ 370 milhões, correspondente à captação feita no exterior.

Campos Filho ressaltou que as empresas energéticas do estado também possuem crédito de US\$ 1,5 bilhão que deveria ser repassado ao estado por determinação do Decreto-lei nº 2.432, de 17 de maio de 1988. Este repasse seria uma forma de compensar a dívida, mas ele não foi liberado, embora tenha encargos equivalentes a US\$ 200 milhões.

ANTECIPAÇÃO

Durante a coletiva, o secretário da Fazenda revelou que o governo federal aceitou liberar recursos aos estados como antecipação de receita, mas que esta medida custa 28% de juros ao ano acima da correção monetária.

O governador Orestes Quéricia acentuou que, "felizmente, o bloqueio foi suspenso pela Justiça" e que haverá um entendimento com o governo federal, afirmando que São Paulo será seriamente prejudicado se todas as exigências da União tiverem de ser cumpridas. "Na verdade, o governo federal, no combate ao déficit público, está aliviando a sua própria situação e tentando jogar o problema para os governos estaduais, principalmente para o governo de São Paulo". Por outro lado, Quéricia salientou que está aguardando há vários meses um entendimento com o governo federal para a definição e solução desse problema.

"Temos uma porção de problemas a resolver com o governo federal", informou o governador, enumerando: a União autorizou a rolagem da dívida de algumas de suas estatais em 100% e não quer fazer o mesmo com relação às empresas paulistas; há muitos créditos de São Paulo. "Todos os créditos estão sendo empurrados com a barriga pela área econômica do governo federal."

O governador disse que na quinta-feira o presidente José Sarney lhe havia telefonado, demonstrando a máxima boa vontade em solucionar o problema, e já marcou reunião, na segunda-feira, em Brasília, da Secretaria da Fazenda de São Paulo com o setor econômico do governo federal.

REUNIÃO

O governador informou, também, ter convocado reunião com os deputados estaduais e federais do PMDB e PFL e lideranças empresariais e sindicais paulistas, na segunda-feira, dia 20, "para que o governo do estado possa explicar a lisura com que está tratando esse assunto da rolagem da dívida, sem arrogância, com humildade, mas com muita firmeza na defesa dos interesses do estado".

Para Quéricia, "a área econômica do governo federal está tratando o problema como se isso fosse uma brincadeira". A reu-

nião está marcada para as 10 horas, no Palácio dos Bandeirantes.

Prosseguindo, o governador disse considerar "uma violência" o bloqueio das contas de São Paulo pelo governo federal, qualificando o ato como inconstitucional. "Entramos na Justiça, obtivemos uma liminar e vamos manter essa medida judicial, para garantir os direitos e os interesses do povo e do governo de São Paulo", acentuou Quéricia.

Quanto à informação de que o ministro Mailson da Nóbrega iria recorrer da decisão judicial relativa à liminar concedida a São Paulo, Quéricia disse que o titular do Ministério da Fazenda "precisa tratar o governo de São Paulo conforme o tratamento que tem recebido deste".

Respondendo a uma pergunta da imprensa, se acreditava que o bloqueio das contas após a aprovação do mandato de cinco anos para Sarney era uma traição, Quéricia descartou totalmente essa possibilidade, acentuando que se trata apenas de uma questão da área econômica do governo federal, "que está há cinco meses prometendo que irá reunir-se com as autoridades do governo de São Paulo e não faz isso".

O governador reafirmou que "pagar as dívidas da forma como eles querem, principal e juros, num momento como o que o País enfrenta, é um absurdo".